

IDENTIDADES INTERNACIONAIS E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: ANALISANDO DISCURSOS DE PEB DURANTE OS GOVERNOS LULA (2003–2010) NO CONTEXTO DE PAZ E SEGURANÇA NO ORIENTE MÉDIO

INTERNATIONAL IDENTITIES AND BRAZILIAN FOREIGN POLICY: ANALYZING PEB DISCOURSES DURING THE LULA GOVERNMENTS (2003–2010) IN THE CONTEXT OF PEACE AND SECURITY IN THE MIDDLE EAST

Jéser Abílio de Souza*
jeser.abilio@hotmail.com

Este artigo tem como objetivo compreender as identidades internacionais do Brasil constituídas e representadas por meio dos discursos de política externa brasileira, durante os governos Lula (2003–2010). Trata-se de uma pesquisa qualitativa-interpretativa, que se pautou na aplicação de uma análise do discurso a partir da temática da paz e segurança no Oriente Médio. O método escolhido combinou na operacionalização de categorias linguístico-discursivas extraídas de Dominique Maingueneau (2016) com sua Semântica Global. Por meio da aplicação do dispositivo analítico, identificou-se um sistema de significação operado pelos discursos que deslocaram textualmente as posições do Estado no espaço discursivo, ao passo que relações de diferenças foram representadas. Reconhece-se um conjunto de práticas representacionais, como a aproximação e diferenciação de espacialidades, a mobilização de afetos, a instauração de polêmica, a utilização de nomes próprios, o estabelecimento de ligações intertextuais com cenas temporais, entre outras. Concluiu-se que, as identidades internacionais do Brasil, de pacífico e de interlocutor entre povos, conduziram e justificaram o Estado no sistema internacional através de posições de poder.

Palavras-chave: Identidades internacionais. Política externa brasileira. Governos Lula. Análise do Discurso. Oriente Médio.

This article aims to understand the international identities of Brazil constituted and represented through Brazilian foreign policy discourses during the Lula administrations (2003–2010). This is a qualitative-interpretative research, which was based on the application of a discourse analysis based on the theme of peace and security in the Middle East. The chosen method combined the operationalization of linguistic-discursive categories extracted from the script by Dominique Maingueneau (2016) with his Global Semantics. Through the application of the analytical device, a system of meaning operated by the discourses that textually displaced the positions of the State in the discursive space was identified, while relations of differences were represented. This system brought together a set of representational practices, such as the approximation and differentiation of spatialities, the mobilization of affections, the establishment of polemics, the use of proper names, the establishment of intertextual links with temporal scenes, among others. It was

* Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), Rio de Janeiro-RJ, Brasil. ORCID: 0000-0001-8168-0682.

concluded that Brazil's international identities, as a peaceful and interlocutor between peoples, led and justified the State in the international system through positions of power.

Keywords: International identities. Brazilian foreign policy. Lula governments. Discourse analysis. Middle East.

•

1. Introdução

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil desempenhou uma política externa com intensa atividade: o país liderou distintos órgãos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a União Internacional de Telecomunicações (Almeida, 2010, 2014), além de iniciativas de criação de foros multilaterais e outros próprios de atuação, como o G-20 comercial, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e depois, África do Sul) e a Comunidade das Nações Sul-Americanas. O país também desempenhou muitas outras atuações de destaque, como as tentativas de negociações de conflitos no Oriente Médio, de forma que ocupou, por efeito, mais espaço no sistema internacional.

Assim, em 2003, o presidente Lula dirigiu-se ao Oriente Médio com uma comitiva empresarial, sendo essa “a primeira visita de um chefe do Executivo brasileiro à região desde a última viagem de D. Pedro II ao Oriente Próximo em 1876” (Garcia, 2017, p. 351). Além disso, novas embaixadas, escritórios de representação diplomática e consulados foram inaugurados na região. É válido citar ainda que Brasil e Turquia conduziram negociações facilitadas com o Irã acerca do programa nuclear iraniano, o que resultou no acordo da Declaração de Teerã em 2010. Também em 2010, o Brasil reconheceu o Estado da Palestina e, em diversas ocasiões, o chanceler Celso Amorim e o presidente Lula visitaram países do Oriente Médio para discutir cenários políticos envolvendo o caso israelo-palestino.

De acordo com Vigevani e Cepaluni (2011), o Brasil atuou pela lógica da “autonomia pela diversificação” (p. 36), que incide na adesão aos princípios e normas internacionais sobrevivendo de alianças Sul-Sul e acordos realizados com parcerias não tradicionais, como África, Ásia-Pacífico, China, Leste Europeu e Oriente Médio. O intuito seria diminuir assimetrias nas relações externas com as grandes potências e aumentar o poder de barganha com Estados Unidos (EUA) e União Europeia (Vigevani & Cepaluni, 2011). Já Almeida (2014) defende que essa política externa é caracterizada por uma “diplomacia partidária” (p. 145), centrada no próprio presidente Lula, diante das posições e preferências políticas alinhadas com uma ideologia anti-imperialista do Partido dos Trabalhadores, além de preferências políticas pessoais da chancelaria e tradições diplomáticas brasileiras. Em razão disso, Almeida (2010) considera essa política externa como não condizente com as responsabilidades internacionais de um país emergente.

Diante disso, este artigo traz o seguinte problema: Tendo em vista o contexto relacional do Oriente Médio, de que modo as identidades internacionais do Brasil foram representadas nos/pelos discursos de política externa brasileira (PEB) durante os governos Lula (2003–2010)? O objetivo consiste em realizar uma análise do discurso dos significados decorrentes dos discursos oficiais de PEB para buscar compreender as identidades do Brasil constituídas e representadas por meio desses discursos.

Como aponta Hansen (2006), as políticas externas precisam atribuir sentidos a situações e construir objetos dentro delas e, ao fazer isso, articulam-se identidades específicas de um *Self* (ou “Si Mesmo” ou apenas “Eu”) nacional, regional ou institucional, tal como identidades de outros Estados-nações, povos, regiões e instituições. Dessa maneira, centrar em identidades se justifica pela própria condução da política externa, pois as políticas dependem de identidades que são ancoradas por representações que se fazem a partir do externo e de problemas internos que acometem o país para influenciar em sua disposição diante do sistema internacional. Portanto, compreender como a identidade internacional do Brasil se constituiu por meio de discursos de política externa envolve analisar a maneira que o Estado se posiciona no mundo, ao passo que ele busca construir e reconstruir sua ordem internacional. Afinal, “identidades são importantes para a política externa, (...) elas podem ser estudadas sistematicamente mediante a adoção de uma teoria do discurso” (Hansen, 2006, p. 4).

Já a escolha do Oriente Médio decorre de uma mudança no posicionamento da PEB quanto à região. Por exemplo, em nota à imprensa do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 8 de outubro de 2001, a PEB declarou apoio às operações militares dos EUA ao Afeganistão como repúdio ao terrorismo e defesa da paz (Cardoso, 2001). Inversamente, com relação às operações militares dos EUA no Iraque, o posicionamento da PEB adotado nos governos Lula defendeu soluções pacíficas, com respeito às normas internacionais, e no repúdio do uso da força e da guerra perpetrada pelos EUA (Amorim, 2003; Caldas de Moura, 2003; Lula da Silva, 2003). Ambos os governos defenderam a paz, mas o primeiro estabeleceu que as operações militares conduziram à paz, enquanto para o segundo a paz não poderia ser fruto dessas operações.

Para analisar os discursos de PEB, este estudo se insere nos moldes qualitativos orientados por pressupostos de pesquisa interpretativa. A metodologia interpretativa compreende que um objeto ou agente deriva de como as pessoas utilizam seus significados em contextos culturais e políticos específicos (Schwartz-Shea & Yanow, 2012), sendo útil para estudos que possuem tipos de perguntas que se concentram no ato de criar significado que descrevem e interpretam o mundo. Aliada à metodologia interpretativa, adota-se a Análise do Discurso também como abordagem teórico-metodológica, uma vez que ela proporciona uma ótica crítica que evidencia como os discursos tornam possível a emergência de racionalidades, comportamentos e fatos políticos (Charaudeau, 2018). Já a análise do discurso enquanto método se centra nas interpretações de significados, cujos sentidos possam ser lidos textualmente por meio da aplicação de categorias linguístico-discursivas, conforme busca transcender a simples literalidade e superficialidade das palavras.

O referencial teórico se assenta na abordagem pós-estruturalista das Relações Internacionais, especialmente nas noções de identidade e de política externa, a partir de

Connolly (1991), de Campbell (1990, 1992) e de Hansen (2006). Tais autores centram no aspecto relacional da identidade e no discurso enquanto constitutivo, ao passo que enfatizam as questões de linguagem e interpretação às questões de conhecimento e poder. Isso contribui para problematizar estruturas fixas e desnaturalizar formas habituais de pensar.

O artigo está dividido em três seções. A primeira visa apresentar o quadro metodológico, particularmente quanto ao *corpus* e ao dispositivo de análise do discurso e suas categorias linguístico-discursivas. Na segunda, busca-se apresentar os pressupostos teóricos pós-estruturalistas adotados. Aqui, propõe-se um conceito de identidade internacional. A terceira seção é destinada para a aplicação da análise do discurso, onde serão realizadas descrições e interpretações dos significados constituídos nos/pelos discursos de PEB.

2. *Corpus* e dispositivo de análise do discurso

O *corpus* de análise é constituído por discursos oficiais de política externa, como pronunciamentos, comunicados, declarações à imprensa, notas, mensagens e outros atos e informações oficiais pronunciados pelos atores políticos que pertencem à esfera privilegiada do Estado na produção discursiva, como o chanceler Celso Amorim e o presidente Lula. Os discursos foram coletados nos sites institucionais do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência, tendo em vista o período de 2003 a 2010. Ainda, os discursos foram restringidos à temática da paz e segurança no Oriente Médio, especialmente o caso israelo-palestino na questão Palestina e o programa nuclear iraniano.

O *software* KITCONC 4.0 foi utilizado para a realização da filtragem e da seleção dos textos para análise, dentre os inúmeros coletados em um período de oito anos. Considerado como marcador de qualidade de pesquisa interpretativa, o programa possui distintas ferramentas, cujo propósito consiste na realização de análises de *corpus* para a compreensão dos significados das palavras e dos textos em uso por meio de traços linguísticos e seus contextos situacionais (Moreira Filho, 2016). Assim, foi utilizada, em primeiro lugar, a ferramenta *Lista de Palavras* combinada com *Concordância*, e, em seguida, as ferramentas *Palavras-chave*, *Concordância* e *Colocados*. Uma vez selecionados os textos, seguiu-se com a análise do discurso de forma manual.

A análise do discurso adotada repousa em um dispositivo analítico que foi construído a partir da combinação entre: a) a construção de um marcador analítico, aqui denominado de posicionalidade identificacional; b) a adoção das lentes analíticas da autora Lene Hansen (2006), com sua metodologia de leitura de identidades na política externa; e c) a aplicação das categorias linguístico-discursivas da Semântica Global do linguista Dominique Maingueneau (2016).

A respeito da identidade, Cooper (2005) revela uma preocupação extremamente importante: “Qualquer que seja sua sugestão, qualquer que seja sua indispensabilidade em certos contextos práticos, a identidade é ambígua demais. [...] A análise social [...] requer categorias de análise relativamente inequívocas” (Cooper, 2005, p. 60). O autor assinala que, para haver uma devida análise social e compreensão política acerca da

identidade, é preciso ir além dela. É necessário sair de uma categoria de prática, utilizada a partir de uma experiência social cotidiana desenvolvida e implantada por distintas pessoas “leigas” no âmbito de suas atividades para uma categoria de análise cientificamente construída e adotada a fim de analisar práticas sociais e políticas orientadas. A questão, portanto, não reside no fato de que um termo específico (a identidade) não possa ser utilizado, mas sim em se compreender como ele é utilizado (Cooper, 2005). Em outros termos, não é preciso tomar uma categoria inerente à prática da identidade – por exemplo, fluída, deslocada, fragmentada e em constante movimento – e torná-la uma categoria central para uma teoria sobre identidade da política externa. Devem-se postular, sobretudo, categorias de análise, sem desqualificá-las por meio de aspectos da experiência prática advindos do seu ambiente social.

Cooper (2005) apresenta vários termos analiticamente úteis como substitutos à identidade, dentre eles, a identificação. Para o autor, “a identificação – de si e dos outros – é intrínseca à vida social”, uma vez que “as pessoas identificam e categorizam os outros, assim como se identificam e se categorizam” (Cooper, 2005, p. 71). Isso não é diferente para o Estado, que consiste em um agente importante de identificação e categorização no sistema internacional. Assim, a identificação representa um termo ativo e processual e fundamentalmente situacional e contextual (Cooper, 2005). Ora, todo discurso remete a um sujeito-EU, que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais e espaciais (Maingueneau, 2013, 2015); ademais, todo discurso tenta fornecer uma articulação entre as diferentes posições desse sujeito a partir de diferentes pontos de partida (Mouffe, 1999) e cada posição carrega distintos sinais, passíveis de identificação e interpretação. Portanto, neste artigo, postula-se um marcador analítico que desloca a identidade para o ponto de chegada e insere as posições de sujeito – no caso, as posições do Brasil enquanto sujeito discursivo – como ponto de partida para a interpretação de significados identificacionais.

Seguindo o entendimento de que é possível identificar várias posições de sujeito, adota-se as dimensões espacial, temporal e ética, tratadas como lentes analíticas por Hansen (2006), como uma forma de restringir o domínio do marcador analítico. Segundo a autora, a dimensão espacial refere-se à construção de limites e a delimitação do espaço a partir da produção de fronteiras entre o externo e o interno de uma comunidade nacional em relação a outra; pode-se envolver construções espaciais de ordem geográfica, bem como de natureza mais abstrata e subjetiva. A dimensão temporal refere-se à temporalidade entre o EU e o Outro, e pode abranger uma temporalidade semelhante ou diferente, superior ou inferior, desenvolvida ou não desenvolvida. A dimensão ética envolve a maneira que os discursos de política externa se envolvem com “uma preocupação com a construção discursiva de ética, moralidade e responsabilidade” (Hansen, 2006, p. 45), ao passo que uma força moral de representações particulares é evocada.

Por fim, a respeito das categorias linguístico-discursivas, Maingueneau (2016, p. 75–97), propõe que o discurso seja compreendido como ‘determinado’ por um sistema de restrições semânticas globais. Esse sistema compreende planos discursivos (ou seja, planos que constituem o discurso) que são restringidos e integrados às ordens do enunciado e do enunciador. No âmbito desta análise, foram adotados os seguintes planos

discursivos a serem operados enquanto categorias de análise: a) vocabulário; b) temas; c) intertextualidade; e d) estatuto do enunciador e do destinatário.

Em vocabulário, busca-se identificar e compreender termos que cristalizam pontos semânticos (marcas de sentidos de uma palavra), uma vez que, a partir do sistema de restrições, os discursos mobilizam determinadas palavras que marcam posições no campo discursivo (Maingueneau, 2016). Os temas, por sua vez, referem-se àquilo sobre o que trata o discurso e possuem um tratamento semântico em conformidade com o seu sistema de restrições. Os temas se dividem da seguinte forma: a) temas impostos, que se referem àquilo que o discurso deseja que seja aceito; eles se subdividem em compatíveis (convergência de temas com o sistema de restrições semânticas) e incompatíveis (embora integrados, não convergem com o sistema de restrições semânticas); e b) temas específicos, que são próprios de um discurso particular, sendo que “sua presença se explica por sua relação semântica privilegiada com o sistema de restrições” (Maingueneau, 2016, p. 84).

Já a intertextualidade consiste no sistema de restrições que operam “os tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas” (Maingueneau, 2016, p. 77), tendo em vista que todo discurso evoca, de alguma forma, discursos anteriores e constrói um passado específico à medida que atribui para si certas filiações e recusa outras. A intertextualidade pode ser interna (quando a relação intertextual se mantém no interior do mesmo campo) ou externa (quando ocorrem relações intertextuais entre diferentes campos).

Enfim, em estatuto do enunciador e do destinatário, busca-se analisar como os discursos instituem o estatuto que o enunciador deve atribuir para si mesmo e aquele que é atribuído ao seu destinatário para legitimar sua fala. Esta “atribuição” depende dos diversos “modos de subjetividade enunciativa” (Maingueneau, 2016, p. 87) do próprio discurso. As restrições que instituem os estatutos envolvem duas dimensões: uma institucional (própria do espaço institucional em que o enunciador pertence) e outra intertextual (relativa aos espaços das diversas fontes de saber) (Maingueneau, 2016).

3. Identidade e política externa: uma leitura pós-estruturalista

Segundo Connolly (1991), a identidade exige a diferença para ser constituída, porquanto a identidade de um ser sempre está relacionalmente conectada a uma variedade de coisas e significados que não lhe pertencem. Essas diferenças socialmente reconhecidas entre o EU e o Outro implicam que a identidade é relacional e coletiva. Ademais, Connolly (1991) defende que a identidade converte a diferença em alteridade para assegurar a sua própria autoconfiança; isso ocorre com a representação de uma ameaça, que busca dar visibilidade do ser como Outro, a qual transmite um perigo à identidade do EU que desvirtua sua confiança e capacidade de legitimidade (Connolly, 1991).

Seguindo nessa linha, Campbell (1992), influenciado pelos estudos de Judith Butler sobre performatividade, em que a identidade de gênero é constituída pelas próprias expressões nomeadas e produzidas pelo discurso, sugere que a constituição do Estado é análoga à constituição performativa de gênero. Ele argumenta, assim, que a presença soberana do Estado depende de identidades construídas de forma tênue no tempo por

meio de um “processo regulado de repetição” de atos (1992, p. 9). Desse modo, para o autor, não existem identidades estáveis e pré-discursivas do Estado. Por exemplo, em seu estudo sobre os discursos de segurança e a política externa estadunidense, Campbell (1992) menciona que muitos momentos da experiência americana foram performativamente constituídos por meio da articulação do signo perigo do discurso médico, da especificação da diferença e da figuração aguda de alteridade; ao traçar linhas divisórias, tais discursos representam, de um lado, os EUA como corpos saudáveis e, de outra parte, os Outros, representados por ideias de terrorismo e comunismo, ou como tecidos doentes e perigosos.

Já a pesquisadora Hansen, ao considerar a identidade como relacional e discursiva, sendo sempre constituída no/pelo discurso por meio da “delimitação simultânea de algo que é diferente” (Hansen, 2006, p. 17), defende a possibilidade de justaposição de Outros menos radicais e ameaçadores no discurso de política externa, pois a relação entre o EU-Outro se situa no interior de uma teia de identidades menos radicais e mais ambíguas. Por exemplo, Hansen (2006) argumenta que a identidade nórdica foi construída pelo corpo político sueco, dinamarquês e norueguês durante a Guerra Fria como uma identidade que transcende a rivalidade nuclear das superpotências antagônicas, EUA e União Soviética. Conforme políticas nórdicas de neutralidade, desarmamento e ajuda no desenvolvimento e manutenção de paz eram desenvolvidas, emergiam representações sobre uma identidade nórdica inscrita como superior ao confronto geopolítico e nuclear entre aquelas superpotências. Não haveria, portanto, a conversão dos Outros em ameaças radicais para a constituição da identidade nórdica, segundo a autora. Isso ocorre com os discursos de política externa brasileira aqui analisados. O Oriente Médio não é representado como uma ameaça radical, ainda que os textos instaurem uma relação de diferenciação entre Brasil-Oriente Médio.

Mas o que seria a identidade internacional? Neste trabalho propõe-se o seguinte conceito: a identidade internacional é uma dimensão que se constitui discursivamente e que garante a existência e sustentação do Estado (ou outro corpo político) enquanto sujeito internacional, inserindo-o em uma construção particular de ordem internacional. Ela se constitui em relação a várias posições do sujeito-EU e de outrem, que são posicionadas no sistema internacional para operar sistemas de significação representacionais e para justificar e legitimar posicionamentos e políticas que possam empreender, defender, apoiar ou se abster diante do sistema internacional.

Como será apresentado em nossa análise, as identidades internacionais do Brasil, de pacífico e de interlocutor entre povos, que se constituíram, dependeram do deslocamento da posição do sujeito-EU nos textos, conforme um sistema de significação foi operado discursivamente mediante práticas representacionais. Tais identidades sustentaram a política externa brasileira que buscou transformações nas relações de poder ao promover a paz no Oriente Médio.

A respeito da política externa, Campbell (1990) distingue *política externa* de *Política Externa*. A primeira, a política externa, é considerada como uma “economia discursiva ou matriz convencional de interpretações” (Campbell, 1992, p. 76) de representações de alteridade, de práticas de diferenciação ou modos de exclusão que opera na condição de possibilidade para a segunda, a Política Externa, essa vista como uma

“performance política produtora de fronteiras” (*ibidem*, p. 69) que opera subjetividades particulares. Por exemplo, a análise do discurso realizada neste artigo identificou práticas representacionais as quais inscreveram as posições do Brasil mediante relações de identificação e diferenciação com outros objetos e sujeitos, como inscrever a espacialidade do país como pacífica e segura e a do Oriente como perigosa e evocar aspectos negativos de Outros-do-outro (as grandes potências, as Nações Unidas e o seu conselho) julgados em forma de polêmica. Em virtude desse deslocamento do Estado, Campbell o conceitua como um “efeito móvel de regime múltiplo de governamentalidade” (*ibidem*, p. 256) de uma estrutura de autoridade, em que as práticas de guerra, de Política Externa, de diplomacia, entre outras, o constituem, ao localizarem o perigo e ameaça externamente à identidade do Estado.

Os discursos de política externa, por sua vez, criam os elos estáveis entre as representações de identidade à política externa proposta, além de articularem e entrelaçarem os fatores materiais e ideacionais, segundo Hansen (2006). Isso se dá porque o discurso possui uma produtividade discursiva que torna inteligíveis as formas de estar e agir em relação ao mundo, operacionaliza certo regime de verdade (Milliken, 1999, p. 229) e fornece a realidade específica que pode ser conhecida e posta em prática (Doty, 1993, p. 305). No caso dos discursos de política externa, a questão do poder torna-se mais preeminente, pois nesses discursos são definidos os assuntos sobre os quais certos atores de política externa, intelectuais de defesa e especialistas, estão autorizados a falar (Milliken, 1999). Igualmente, os discursos de política externa disciplinam e destroem sujeitos, organizam e controlam o espaço social, produzem as práticas políticas, estruturam e limitam as opções políticas que os formuladores consideram razoáveis (Milliken, 1999).

4. A política externa brasileira e a promoção da paz no Oriente Médio a partir da análise do discurso

Esta seção, dividida em três partes, é destinada à aplicação do dispositivo de análise do discurso mediante a combinação das categorias linguístico-discursivas da Semântica global de Maingueneau (2016) com as dimensões analíticas de Hansen (2004). A primeira parte apresenta o contexto do Oriente Médio a partir da temática paz e segurança; ainda, realiza uma leitura inicial das posições do Brasil, conforme são identificadas relações textuais que articulam a espacialidade e outras relações textuais. Na segunda, a análise explora temporalidades e relações textuais que mobilizam a construção de força moral e de cenas específicas e a instauração de polêmica. Por fim, a terceira parte apresenta as identidades internacionais do Brasil constituídas nos/pelos discursos de política externa brasileira.

4.1 Leituras iniciais das posições do Brasil nos discursos de PEB

Os posicionamentos da PEB nos governos Lula sempre foram na defesa de um Estado palestino independente coexistindo pacificamente com Israel (Amorim, 2003; Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2006a, 2007a, 2007b), e no apoio das negociações e

soluções pacíficas diante da reivindicação do Irã quanto ao seu programa nuclear (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2006b), sendo que, a partir de 2009, o Brasil reconheceu o direito do Irã de desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos (Lula da Silva, 2009d).

A respeito do programa nuclear iraniano, em 2005, o governo do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, anunciou o desenvolvimento de seu programa nuclear, sob a alegação de que seu uso era para fins pacíficos, a fim de reativar um reator para pesquisa médica em Teerã. Em 2006, o P5+1, um grupo envolvendo os cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (EUA, China, Reino Unido, Rússia e França), mais a Alemanha, iniciam negociações sobre o programa nuclear iraniano (Amorim, 2015; Ricupero, 2017). Posteriormente, são impostas algumas sanções ao Irã pelo Conselho (doravante CSNU), sob o pretexto de que seu programa não se enquadrava nas normas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Atendendo aos requisitos e medidas requeridas pela AIEA e pelo Grupo de Viena (EUA, França, Rússia e AIEA), Lula e o primeiro-ministro da Turquia, Recep Erdoğan, conseguiram com Ahmadinejad a elaboração e assinatura de um acordo trilateral, em março de 2010, na capital do Irã: a Declaração de Teerã.¹ Mas, em junho do mesmo ano, o CSNU aprovou um projeto do P5+1, o qual continha novas sanções e embargos que foram impostos ao Irã por meio da Resolução 1.929/2010 (Amorim, 2015; Ricupero, 2017).

Já sobre a questão israelo-palestina, em janeiro de 2006, a região árabe sofreu uma mudança radical na política, pois o grupo Hamas venceu as eleições parlamentares na Palestina e substituiu o grupo Fatah que liderava há mais de 40 anos (Chamma, 2013; Silva, 2012). No entanto, o Estado de Israel não reconheceu o resultado das eleições, já que o Hamas tem sido considerado uma organização ‘terrorista’ pela imprensa mundial e “dominava a Faixa de Gaza, de onde partiam, com certa regularidade, ataques com mísseis ao território israelense” (Amorim, 2015, p. 205). Desde 2005, a Palestina se encontrava sob um embargo econômico imposto por Israel, aplicado juntamente com os EUA (Collares, 2012), e, embora houvesse estabelecido entre os grupos um governo de coalizão entre fevereiro e março de 2007 por meio do Acordo de Mecca (Silva, 2012), em junho, houve um rompimento político, a ponto de o Hamas controlar a Faixa de Gaza.

O Brasil estabeleceu diálogo com as respectivas autoridades, a fim de contribuir para um processo de paz entre israelenses e palestinos. Porém, nenhum mecanismo foi efetivamente conduzido até o fim do governo Lula. Em dezembro de 2010, o Brasil reconheceu oficialmente o Estado palestino como soberano nas fronteiras existentes desde 1967, em resposta a uma solicitação feita pela Autoridade Nacional Palestina (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2010).

Uma primeira relação textual identificada nos textos consiste no esforço em construir um elo entre o Brasil e a região do Oriente Médio por meio da aproximação de espacialidades, que são ativadas pelas expressões *milhões de árabes e israelitas, milhares de judeus, descendentes, comunidades árabe e judaica* e outras de natureza similar.

¹ O texto da Declaração de Teerã na íntegra pode ser acessado aqui: <https://www.defesanet.com.br/nuclear/noticia/25588/-Declaracao-Conjunta-de-Ira--Turquia-e-Brasil/>.

(1)

- a. No Brasil, milhões de *árabes e israelitas convivem de maneira harmônica e integrada* (Lula da Silva, 2006, in Corrêa, 2012, p. 901).
- b. Em meu país, dez milhões de *árabes e de seus descendentes convivem de forma harmoniosa com milhares de judeus* (Lula da Silva, 2010a, p. 5).
- c. O Brasil, que tem cerca de dez milhões de descendentes de árabes e uma comunidade judaica convivendo em harmonia, não se furará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseiam (Amorim, 2010, in Corrêa, 2012, p. 968)
- d. A experiência brasileira de abrigar grandes comunidades árabe e judaica em convivência harmoniosa... (Lula da Silva, 2009d, p. 3).

Como se observa nos fragmentos de texto acima, os termos *árabes e judaicas* se prendem aos substantivos *comunidades e descendentes* (exemplos 1a, 1c e 1d), demarcando, assim, um espaço externo ao Brasil. No caso de *descendentes* (1b e 1c), ainda que se refira a pessoas brasileiras, a adjetivação funciona não só para qualificar, mas também distinguir e referenciar culturas e povos distintos, remetendo a uma localização específica no globo e externa ao Brasil. Além disso, essa construção de limites e delimitação espacial é inserida no interior do Brasil, dado que essas comunidades e esses milhões de indivíduos, convivem em *harmonia* no país (1 a–d). A partir desta aproximação de espacialidades, se transmite o significado de que o território brasileiro abriga culturas e povos distintos, inscrevendo a posição de país multicultural.

Essa aproximação de espacialidades não consiste em uma relação puramente idêntica, porquanto há espacialidades diferenciadas. Com relação à posição do Brasil, há um conjunto de vocábulos que expressam qualidades atributivas a esse sujeito-EU e que são diferenciadas em relação ao Oriente Médio. Inicialmente, esse conjunto é formado pelos significados das palavras *paz e diálogo*. Verificando como os verbos e adjetivos se conectaram a esses substantivos, é possível perceber que o vocabulário utilizado marca:

a) valores, capacidades e qualidades particulares: “a história do meu país é uma *história de paz*” (Lula da Silva, 2010b, a 15 de março); “o convívio que existe no Brasil entre as várias comunidades, que se vê apenas com uma *coexistência pacífica...*” (Amorim, 2009, a 27 de julho); “uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – *a paz*, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade” (Amorim, 2010, in Corrêa, 2012, p. 969); e

b) modos de agir e pensar: “Temos *nos empenhado em favorecer as negociações de paz...*” (Lula da Silva, 2010d, p. 356, a 3 de dezembro); “*Buscamos incessantemente a paz* e, por essa razão, propugnamos a solução negociação de conflitos.” (Lula da Silva, 2010^a, p. 3, a 15 de março); “*Mantemos um diálogo aberto e franco* com todos os países da região” (Lula da Silva, 2009d, p. 3, a 23 de novembro); “*Advogamos o diálogo* com todas as partes...” (Lula da Silva, 2009c, p. 3).

Não é de se estranhar que um país que está se inserindo em discussões e temas acerca de processos de paz no Oriente Médio utilize um vocabulário com termos relativos

a esse universo. O que se destaca é como o signo de paz envolve abstratamente a delimitação espacial do Brasil, construindo o significado de um país pacífico. Por outro lado, inversamente às qualidades atributivas do Brasil, algumas das palavras e dos signos foram interligadas ao Oriente Médio com significados diferenciados. Assim, o vocabulário utilizado para identificar o Oriente Médio é marcado pelas seguintes palavras que expressam significados em torno de sua espacialidade:

a) conflito, ameaça e instabilidade: “O Brasil e a comunidade internacional não podem se conformar em viver sob a *ameaça constante da instabilidade* em região tão importante para o mundo” (Lula da Silva, 2010c, p. 3); “A solução para a *crise* no Oriente Médio também nos interessa...” (Lula da Silva, 2009b, p. 6); “*Conflitos* como o do Oriente Médio vêm desafiando as autoridades das Nações Unidas.” (Lula da Silva, 2006, in Corrêa, 2012, p. 906); “O Oriente Médio vive, há décadas, *dolorosos enfrentamentos* que têm custado milhares de vítimas” e “Venho de um país que recebeu dezenas de milhares de imigrantes judeus, *perseguidos* em suas terras de origem pela intolerância étnica, cultural e religiosa” (Lula da Silva, 2010a); e

b) perigoso, diante da existência de armas: “O Brasil sonha com um Oriente Médio livre de *armas nucleares...*” (Lula da Silva, 2009d, p. 3); “Então, como é que nós podemos criar uma zona livre de *armas de destruição em massa* e também de *armas químicas*, de *armas biológicas* em todo o Oriente Médio?” (Amorim, 2009);

Esse conjunto de significados se encontra posicionado diferencialmente ao conjunto ligado ao Brasil. Por exemplo, centralizando no significado em que os textos ligam o signo de paz à posição do Brasil, em que as relações textuais buscam construir o estatuto do país como pacífico, há um Oriente Médio espacialmente inscrito em uma cena específica envolvendo conflito, ameaça e instabilidade. Igualmente, enquanto o Oriente Médio é inscrito como perigoso, o Brasil é marcado como seguro, pois sua espacialidade encontra-se livre de armas nucleares. Essas práticas de diferenciação tecem fronteiras que operam subjetividades, a partir das posições do Brasil que se deslocam nos textos.

Por outro lado, esses signos justapostos ao Oriente Médio e diferenciados do Brasil não decorrem de simples correspondência com diferenças. O tema imposto (categoria explicada na seção 2 deste artigo) da paz no Oriente Médio, particularmente pelos posicionamentos em prol de um Estado Palestino independente e soberano e do direito ao desenvolvimento do programa nuclear para fins pacíficos, é compatível com todo o sistema das relações semânticas, convergindo com a própria posição do Brasil nos textos. Ainda que a espacialidade do Brasil – o interno – seja inscrita como segura e o Oriente Médio – o externo – como perigoso devido armas nucleares, o país apoiou o programa nuclear iraniano. Isso se deu porque, nos textos, os propósitos desse programa nuclear são identificados e qualificados como pacíficos. Algo que pode ser identificado como perigoso é ligado ao signo de paz, que faz parte do conjunto de signos ligados à posição e ao estatuto do Brasil. Assim, o estatuto do país é investido institucionalmente de uma pacificidade que se apresenta como natural, ao passo que integra o Outro na espacialidade do sujeito-EU através da qualificação de comunidades, imigrantes e descendentes, conferindo a esses povos a capacidade de reconhecer e aceitar a pacificidade do Brasil; ademais, busca-se reconhecer e aceitar o estatuto compatível do mesmo com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, posicionamento adotado pela PEB. Por efeito,

a partir da ressignificação, o modo de agir do sujeito-EU é justificado perante a comunidade internacional.

De outra perspectiva, esse conjunto de significados se encontra articulado e construído por imbricações vocabulares que tecem uma imagem que desvaloriza o Oriente Médio. Os discursos de PEB, ao inscreverem o Outro a partir de uma espacialidade diferente e negativa em relação ao Brasil, reduzem a diversidade de povos étnico-culturais por meio de características desqualificadoras, inscrevendo toda uma região como perigosa, conflituosa, instável e ameaçadora. Aliás, a constante menção sobre a convivência pacífica entre os povos e culturas árabes e judaicas no Brasil reforça a construção, do que Abdias Nascimento denomina, de uma “imagem racial internacional do Brasil” (Nascimento, 2016, p. 105). Essa imagem se ancora no mito da democracia racial, uma ideologia que difunde um imaginário social acerca de uma união harmoniosa entre pessoas brancas, indígenas e negras as quais gozam de iguais oportunidades, resultando em um Brasil – ou melhor, na posição de um país – multirracial e mestiço, mas que oculta opressões e desigualdades nas relações raciais no Brasil (Domingues, 2005; Nascimento 2016). Aqui, tal imagem é reformulada mediante a noção de etnia, inscrevendo que a fusão de grupos étnico-culturais contribuiu para uma comunidade brasileira exemplar.

4.2 Força moral, cenas específicas e polêmica

Outra relação textual identificada incide na construção de uma força moral particular que vincula ambos, conferindo uma responsabilidade ao próprio país em relação à região do Oriente Médio, à medida que ela legitima e justifica o modo de agir do Brasil em relação ao Oriente Médio. Assim, há: a) relações textuais e intertextuais que constroem afinidades que entrelaçam o espaço-tempo; b) universalização de tema; e c) atribuição de responsabilidade conferida ao sujeito-EU para com o Outro.

No tocante ao primeiro ponto, além da convivência harmônica entre povos árabes, judeus e israelenses que os textos inscrevem na espacialidade do Brasil, uma afinidade quase intrínseca é construída no tempo para instituir vinculações e mobilizar afetos. Por exemplo, os textos constroem cenas específicas localizadas em termos temporais através de nomes próprios e relações intertextuais. Isso se dá, majoritariamente, em torno do caso israelo-palestino.

(2)

- a. Também mantemos boas relações com Israel, cujo *nascimento*, como Estado, ocorreu quando um brasileiro, *Oswaldo Aranha, presidia a Assembléia Geral* (Lula da Silva, 2006, in Corrêa, 2012, p. 907).
- b. Falo na condição de dirigente de um país que acompanhou o nascimento de Israel. Como esquecer que a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que aprovou a criação do Estado, em 1948, foi presidida por um brasileiro, Oswaldo Aranha (Lula da Silva, 2010a, p. 1).

- c. Recordo e homenagem a coragem pessoal do embaixador Souza Dantas, em Paris, e de dona Aracy, em Hamburgo, que ajudaram a salvar as vidas de centenas de judeus na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial (Lula da Silva, 2009b, p. 2).
- d. Venho de um país que recebeu dezenas de milhares de imigrantes judeus, perseguidos em suas terras de origem pela intolerância étnica, cultural e religiosa. Muitos deles puderam chegar ao Brasil graças a dois funcionários humanistas que honram a diplomacia brasileira: dona Aracy, do Consulado de Hamburgo, e o embaixador Souza Dantas, de nossa legação em Paris (Lula da Silva, 2010^a, p. 2).

Nos exemplos 2a e 2b, a enunciação traz um nome próprio, *Oswaldo Aranha*, juntamente com uma descrição temporal, o momento da criação do Estado de Israel em 1948. Em 2c e 2d, outros nomes próprios são trazidos, como *Souza Dantas* e *dona Aracy*, funcionando como referentes na cena específica evocada acerca do nazismo e da perseguição aos judeus durante a 2.^a Guerra Mundial. Segundo Maingueneau (2013), a utilização de nomes próprios envolve seres que, ao serem evocados com frequência, possuem certa inscrição na enunciação relativamente estável no espaço e no tempo. Esses seres evocados precisam apresentar certa relevância social ou afetiva, a fim de que o referente possa ser identificado e compartilhado com o destinatário. Certamente, os nomes próprios mencionados constituem referentes históricos no campo político e diplomático e mobilizam afetividades para com Israel, como pela criação do Estado e a contribuição da diplomacia brasileira em conceder visto aos judeus perseguidos no passado. A brasileira Aracy Guimarães Rosa é conhecida como “o anjo de Hamburgo”. Sua história ficou famosa com o filme *A Lista de Schindler*, de Steven Spielberg (Veiga, 2019). Já Oswaldo Aranha foi presidente da primeira sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, inaugurando uma tradição que se mantém até hoje de o Brasil ser o primeiro a proferir o discurso.

Essa escolha textual adotada para se referir à origem de um Estado decorre do uso da palavra *nascimento* (2a e 2b), o que contribui para mobilizar com mais intensidade a afetividade entre os sujeitos, haja vista que nascimento está ligado ao sentido de vida. Outrossim, esses quatro exemplos ainda apresentam outros pontos em comum: a) eles legitimam a posição atual do Brasil diante de ações e posicionamentos a serem adotados com o Outro; b) uma posição temporal distintamente superior é concebida para o sujeito-EU em relação ao Outro, dado que o primeiro esteve presente em momentos cruciais da existência deste Outro; c) essas cenas e seres atuantes evocados se dão a partir de relações de intertextualidade interna, pois se encontram no mesmo campo discursivo: político e diplomático; e d) contribuem para a construção do estatuto de solidário, caracterizado pelo desejo de estar junto e unir-se ao Outro em situações em que ele se encontra ameaçado.

O segundo ponto na construção da força moral consiste na universalização de tema. O substantivo *interesse* mostra-se recorrente para demonstrar a importância e opinião geral do Brasil ao relacionar seu modo de agir (3a e 3c) e pensar (3b) em relação ao Oriente Médio.

(3)

- a. O *interesse* do Brasil no Oriente Médio reflete assim uma realidade social objetiva e profunda no nosso País (Lula da Silva, 2006, in Corrêa, 2012, p. 907).
- b. No Brasil, há um renovado interesse pelo mundo árabe, inspirado por fortes laços históricos e culturais (Amorim, 2005, in Corrêa, 2012, p. 896).
- c. Respaldamos com contribuições concretas nosso interesse em participar mais ativamente das discussões para a estabilidade do Oriente Médio (Lula da Silva, 2009c, p. 3).

Os discursos colocam o interesse do Brasil como uma ocorrência natural (3a e 3b). Além disso, considerando que o sujeito desses discursos é um Estado, o interesse do Brasil nos assuntos de outra região equivale um interesse nacional. Todavia, o interesse particular do Brasil é lançado como preocupação da humanidade, signo esse ativado pelo verbo transitivo indireto *interessar*.

(4)

- a. [...] o que ocorre no Oriente Médio, embora envolva essencialmente árabes, palestinos e israelenses, na realidade, *interessa a toda a humanidade*, porque ali está em jogo não apenas o destino de dois povos ou dos povos que estão circundando essa região, mas, em grande medida, está também sendo jogada a sorte da paz no mundo. (Amorim, 2009).
- b. Estados convivendo pacificamente e em segurança é o melhor caminho para a paz no Oriente Médio, objetivo que interessa a toda a humanidade. O Brasil estará sempre pronto a ajudar no que for necessário (Lula da Silva, 2010d, p. 356).
- c. A paz e a estabilidade no Oriente Médio interessam a Humanidade. E tudo que interessa a Humanidade não nos é alheio (Lula da Silva, 2009c, p. 3).

A recorrência de *interessa a toda humanidade* (4a, 4b e 4c) institui a universalização de um tema e que evidencia uma preocupação e pauta de relevância do sujeito-EU, que não só é imposta e atribuída como necessária, mas justifica e autoriza toda e qualquer ação e posicionamento que o país possa conduzir. Com efeito, o terceiro ponto, a atribuição de responsabilidade conferida ao sujeito-EU para com o Outro, nada mais é do que a confluência dos dois primeiros pontos: os textos constroem uma afinidade do sujeito-EU para com o Outro, razão que motiva seu interesse pela região e lança a preocupação para toda a humanidade. Ao convergir com todo o conjunto semântico de signos construídos a partir da sua posição, a responsabilidade para agir é conferida para si mesmo. Afinal, “o Brasil *estará sempre pronto a ajudar* no que for necessário” (4b) e “tudo que interessa a humanidade *não nos é alheio*” (4c). Percebe-se que o sujeito-EU se desloca de sua posição espacial para outra em razão de preocupações morais e do estabelecimento de afetividades construídas discursivamente e que buscam aprovação ética do destinatário.

Outra relação textual identificada é a utilização de cenas específicas com referentes de autoridades políticas – *lideranças israelenses e palestinas* (5a), *Presidentes de Israel e da Autoridade Palestina* (5b) e *Presidente Bashar Al-Assad* (5c) –, que agem como

fiadoras para atestar o estatuto do Brasil como confiável. Esses referentes são mencionados a partir de acontecimentos anteriores, marcados por verbos de ação no passado (*tive a oportunidade de conversar, recebi, nos últimos dias e fui recebido*) e temporalmente próximos ao ato da enunciação.

(5)

- a. Durante diversas viagens ao Oriente Médio, *tive a oportunidade de conversar com uma variedade de interlocutores, incluindo as lideranças israelenses e palestinas. Essas lideranças estão cientes da disposição brasileira* de apoiar o trabalho do Quarteto, como parceiro para a paz (Amorim, 2005, in Corrêa 2012, p. 896).
- b. Mantemos um diálogo aberto e franco com todos os países da região. Com esse espírito, recebi, nos últimos dias, os Presidentes de Israel e da Autoridade Palestina. A Shimon Peres e a Mahmoud Abbas reiterei a posição brasileira sobre o conflito no Oriente Médio (Lula da Silva, 2009d, p. 13).
- c. Nessa ocasião fui recebido também, como sempre, por todos os principais interlocutores dos dois lados e me aconteceu até uma coisa curiosa, para demonstrar como um país como o Brasil, que tem a confiança dos dois, pode ajudar. E eu acho que hoje eu posso dizer isso porque, aliás, creio até que já disse isso publicamente - na época não poderia ter dito - mas eu cheguei a ser portador de uma mensagem do Presidente Bashar Al-Assad para o Primeiro-Ministro Olmert (Amorim, 2009).

A proximidade temporal da situação específica possibilita uma maior identificação com os destinatários diante da legitimidade do estatuto do sujeito-EU. Assim, o enunciador passa certas instruções necessárias ao destinatário para que esse identifique e confirme os contextos (Maingueneau, 2013). Além disso, existem alguns elementos textuais que ativam o significado de país confiável à medida que trata a posição do Brasil, nessas situações, como algo consolidado e não questionado, como ao mencionar expressões como *lideranças estão cientes* (5a), *fui recebido, como sempre* – destaque para o advérbio *sempre* que consolida o significado de continuidade no tempo – e *cheguei a ser portador de uma mensagem* (5c). Dessa forma, se o enunciador nos textos é representado como um ator que é chamado, recebido e porta a mensagem de outros, essa vinculação com o Outro pressupõe que o país seja confiável, mas também inscreve uma posição de melhor interlocutor, cabendo ao destinatário reconhecer e depositar a confiança.

Outra relação textual identificada é a instauração da polêmica, que consiste “em uma situação conflituosa [de] uns em relação aos outros, cada qual negando os argumentos de seu oponente” (Charaudeau, 2018, p. 142).

(6)

- a. *O Brasil é um firme defensor das organizações multilaterais como espaço de cooperação e diálogo. [...] Conflitos como o do Oriente Médio vêm desafiando as autoridades das Nações Unidas [...] A eficácia das Nações Unidas tem sido seriamente questionada. O Conselho de Segurança é acusado de morosidade, incapacitado de agir com a rapidez requerida.*

[...] *O interesse do Brasil no Oriente Médio reflete assim uma realidade social objetiva e profunda no nosso País. O tema do Oriente Médio sempre foi tratado com exclusividade, além dos diretamente envolvidos pelas grandes potências.*

Até hoje não chegaram a uma solução (Lula da Silva, 2006, in Corrêa, 2012, p. 907).

- b. Na realidade, se há algo que nós sentimos de *limitado no processo de paz, no Mapa do Caminho*, no que tem sido discutido até hoje, não são tanto as propostas, mas o fato de que os *interlocutores são sempre os mesmos*. Falta um arejamento nessas discussões e é isso que nós interpretamos que pode ser um dos papéis que o Brasil.

[...] *O Brasil, como um dos maiores países do mundo, uma das grandes economias, um país que participa ativamente*, por exemplo, do Conselho de Segurança, independentemente de o CS ser reformado ou não - *esperamos que o seja* -, o Brasil, juntamente com o Japão, é o país que mais vezes participou do CS como Membro Não Permanente. Então, frequentemente, nós somos chamados a atuar, a opinar e a agir em temas que dizem respeito à paz e à segurança no mundo e, certamente, a situação do Oriente Médio é uma das mais importantes (Amorim, 2009).

- c. [...] quando se trata de assuntos da guerra e da paz, *as potências tradicionais relutam em compartilhar o poder. O Conselho de Segurança deve ser reformado*, de modo a incluir maior participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre seus membros permanentes.

[...] *O Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não permanente, que é contribuir para a paz* (Amorim, 2010, in Corrêa, 2012, p. 967).

Na primeira parte do exemplo 6a, discurso proferido na 61ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o enunciador confere ao Brasil a posição de defensor das organizações multilaterais e, em seguida, coloca em dúvida a capacidade da organização e seu conselho (*a eficácia [...] tem sido seriamente questionada e incapacitado de agir com rapidez requerida*). Na segunda parte, o enunciador exprime seu interesse em se envolver com seu destinatário, questiona a postura das grandes potências (*sempre foi tratado com exclusividade*) e encerra colocando em dúvida novamente a capacidade dessas potências (*não chegaram a uma solução*). Na primeira parte do exemplo 6b, o Brasil questiona o Mapa do Caminho conduzido por grupo de potências mais as Nações Unidas (*sentimos de limitado no processo [...] pelo fato de que os interlocutores são sempre os mesmos*) e conclui conferindo a si um papel de interlocutor. Na segunda parte desse mesmo fragmento, qualidades de grandeza são atribuídas ao Brasil, sendo uma delas a sua participação no CSNU. Além disso, o enunciador expressa o desejo na reforma do Conselho (*esperamos que o seja*).

Esse movimento discursivo que, de um lado, confere credibilidade ao enunciador em sua atuação e, de outro, coloca em questão a moralidade e a capacidade de Outros externos ao Brasil e ao Oriente Médio, persiste em 6c. Portanto, à medida que aspectos negativos de Outros-do-outro são julgados pela polêmica, articulando ressentimentos, se impõe um tema, a debilidade das potências e instituições. Esse tema imposto é integrado ao contexto de processos de paz no Oriente Médio, mas não converge com o estatuto do Brasil, porque o país anseia se tornar interlocutor nesses processos de paz, enquanto as

grandes potências, as Nações Unidas e o CSNU, são representadas através de suas debilidades.

4.3 Identidades internacionais do Brasil

Considerando contexto relacional do Oriente Médio e os casos selecionados, defende-se que as identidades internacionais constituídas e representadas nos discursos de PEB nos governos Lula são de pacífico e de interlocutor entre povos. As diversas posições do Brasil identificadas nos textos, como de país seguro, pacífico, multicultural, solidário e confiável, legitimam e sustentam um Brasil capaz de se inserir em questões cruciais de política internacional devido a atributos representados como incontestáveis e ‘naturais’. O signo de paz se inscreve como a base de todas as relações textuais, ao passo que a identidade internacional de pacífico é representada pela aproximação e diferenciação de espacialidades, pela evocação de cenas temporais etc. Ainda que o Outro seja inscrito como diferente do Brasil, os textos buscam costurar elos de estabilidade entre as muitas representações aqui identificadas e a PEB.

A identidade internacional de pacífico, juntamente com o deslocamento do sujeito-EU nos textos, contribui para a constituição da identidade de interlocutor entre povos, já que os textos inscrevem o país como um ator confiável e competente para intervir em questões de paz e segurança internacional. Assim, essa identidade internacional motiva ações e políticas direcionadas ao conflito israelo-palestino na questão Palestina e ao programa nuclear iraniano, o que implicou em repercussão internacional, haja vista que tal identidade conduziu e justificou o Estado por meio de posições de poder no sistema internacional.

Entretanto, as identidades internacionais do Brasil que se apoiam em posições revelam, de um lado, a superioridade do Brasil; de outro, políticas e discursos de poder que apelam para que o Outro não apenas se torne como o sujeito-EU, mas que dependa dele para transformar a sua situação. As relações textuais e intertextuais, ao entrelaçarem o espaço-tempo para mobilizar afetividades entre o sujeito-EU e o Outro, reforçam um imaginário social estereotipado e essencialista de um Brasil multirracial, mestiço, em cujo espaço distintos povos e culturas convivem pacificamente, reforçando o mito da democracia racial, agora operado em termos étnico-culturais. Além disso, este “Outro”, que envolve culturas, comunidades e povos racializados – em virtude de marcas textuais operadas com os termos árabes, judeus e israelitas, mas, também, porque os discursos de política externa no contexto analisado se dirigem a povos racializados e espacializados no Oriente Médio –, é estereotipado por imagens negativas e estereotipadas mediante os signos de perigoso, conflituoso, instável, por exemplo.

Não se preconiza, aqui, que a PEB nos governos Lula foi racista. Este estudo não utilizou a análise do discurso para discutir a ‘realidade’ dessa imagem. O que se aponta é que as representações discursivas que envolvem o Oriente Médio enquanto contexto relacional dialogaram com o ‘mundo real’ e, através do processo discursivo, uma imagem estereotipada e racista foi constituída. O que se mostra paradoxal, visto que a PEB, ao construir a imagem positiva de um país que busca desempenhar um papel de pacífico e de interlocutor, reivindicou diferenciações para estabelecer hierarquias entre o Brasil e os

demais povos étnico-culturais. Logo, a mesma bandeira de uma política multicultural é também a das representações racistas.

A discussão sobre a representação de uma imagem racial internacional do Brasil como uma nação pacífica e harmoniosa, remonta às ideias de Abdias Nascimento (2016). Ele destacou essa imagem que, por trás do mito da democracia racial, tende a ocultar o racismo subjacente. No entanto, no contexto desta análise, observamos que essa imagem adquire novas nuances, embora continue fundamentada na mesma lógica subjacente. Trata-se de uma imagem que se baseia na redução de toda a diversidade de povos étnico-culturais (árabes, judeus e israelitas) por meio de características desqualificadoras as quais inscreveram toda uma região como perigosa, conflituosa, instável e ameaçadora. É uma imagem com conotação racista, onde a categoria raça é articulada através da etnia, levando em consideração que os povos estereotipados englobam culturas e comunidades racializadas.

Por fim, aponta-se que as representações não correspondem fielmente a molduras da realidade, pois, ao categorizar regiões e povos, os discursos buscam que as representações sejam legitimamente aceitas como verdades, impactando a própria realidade e a política em si (Doty, 1996). Por outro lado, a maneira como o sujeito-EU se enxergava enquanto os discursos o inscreviam, como pacífico, solidário, competente, interlocutor etc., possibilitava que políticas fossem traçadas para operar naquelas posições no contexto do sistema internacional, a partir da temática paz e segurança no Oriente Médio. Assim, a inserção do Brasil em temas de paz e segurança no Oriente Médio justificam-se porque suas posições, construídas pelos discursos, possibilitaram que a PEB se lançasse na região e conduzisse um tema crucial, dado o contexto dos casos absorvidos pelos discursos.

5. Conclusão

A análise do discurso conduzida possibilitou identificar diversas posições, localizáveis em termos espaciais, temporais e éticos. Conforme os textos inscreviam as posições do Brasil, as identidades internacionais do Brasil, de pacífico e de interlocutor entre povos, se constituíram nos discursos de PEB por meio da operação de um sistema de significação. Esse sistema produziu relações de identificação e diferenciação com outros objetos e sujeitos, haja vista que congregou várias práticas representacionais, como a demarcação de fronteiras entre Eu-Outro em termos espaciais, temporais e éticos, a mobilização de afetos, a instauração de polêmica, a utilização de nomes próprios, o estabelecimento de ligações intertextuais com cenas temporais, a construção de imagens estereotipadas, entre outras.

Os posicionamentos do Brasil, durante os governos Lula, em favor de um Estado palestino independente coexistindo pacificamente com Israel e o reconhecimento do direito do Irã no desenvolvimento do seu programa nuclear não estão desvinculados das identidades internacionais do Brasil constituídas nos/pelos discursos. Isso porque, os posicionamentos e as ações adotados pela política externa brasileira só podem ser compreendidos se considerarmos que são apoiados em identidades internacionais. E, ao

passo que a política externa vai ganhando espaço no sistema internacional, ela contribui para cristalizar as identidades.

Portanto, defende-se que os discursos, a interpretação e os significados constituídos são imprescindíveis para a existência da ação política e estatal e das identidades. A empreitada da PEB em promover a paz no Oriente Médio assenta nas identidades internacionais representadas e constituídas nos/pelos discursos, as quais incorporaram a política para organizar e transformar as relações de poder diante de uma região disputada em termos geopolíticos.

Referências

- Almeida, P. R. de. (2010). Pensamento e ação da diplomacia de Lula: uma visão crítica. *Revista Política Externa*, 19(2), 27–40.
- Almeida, P. R. de. (2014). *Nunca antes na diplomacia... A política externa brasileira em tempos não convencionais*. Appris.
- Amorim, C. (2003). Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, na comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 27 de fevereiro de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 92, 49–56. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf
- Amorim, C. (2009, julho 27). *Discurso do Ministro Celso Amorim por ocasião do Seminário Internacional de Mídia sobre a Paz no Oriente Médio, organizado pelas Nações Unidas* [transcrição]. Portal do Governo brasileiro. <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/apresentacao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-do-brasil-embaixador-celso-amorim-no-seminario-internacional-de-midia-sobre-a-paz-no-oriente-medio-organizado-pelas-nacoes-unidas-rio-de-janeiro-27-07-2009>
- Amorim, C. (2015). *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*. Benvirá.
- Caldas de Moura, L. T. (2003). Discurso do Representante Permanente Alternado do Brasil junto às Nações Unidas, embaixador Luiz Tupy Caldas de Moura, no Conselho de Segurança da ONU, em Nova York, em 11 de março de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 92, 59–60. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf
- Campbell, D. (1990). Global Inscription: How foreign policy constitutes the United States. *Alternatives*, 15(3), 263–286. <https://www.jstor.org/stable/40644685>
- Campbell, D. (1992). *Writing Security: United States foreign policy and the politics of identity*. University of Minnesota Press.
- Cardoso, F. H. (2001). Nota à imprensa do senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sobre as operações militares dos EUA contra alvos estratégicos no Afeganistão. (07 de outubro de 2001). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 89, 276–277. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N89_2Sem_2001.pdf
- Chamma, V. M. (2013). A política externa do Hamas. *Fronteira*, 12(23), 44–68. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/12249>
- Charaudeau, P. (2018). *Discurso político*. (2.^a ed.). Contexto.
- Collares, V. C. (2012). *Ascensão do Hamas na Palestina: pobreza e assistência social (1987-2006)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Brasil].
- Connolly, W. E. (1991). *Identity / Difference: Democratic negotiations of political paradox*. Cornell University Press.
- Cooper, F. (2005). *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. University of California.
- Corrêa, L. F. (Org.). (2012). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2011* (3.^a ed. rev. ampl.). FUNAG.

- Domingues, P. (2005). O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*, 10, 116–131. <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>
- Doty, R. L. (1993). Foreign policy as social construction: a post-positivist analysis of U.S. Counterinsurgency policy in the Philippines. *International Studies Quarterly*, 37(3), 297–320. <https://doi.org/10.2307/2600810>
- Doty, R. L. (1996). *Imperial encounters: The politics of representation in North-South Relations*. Borderlines.
- Filho, J. L. M. (2016). *KITCONC: concordanciador desktop gratuito em português*
- Garcia, E. V. (2017). *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil* (3.ª ed.). Contraponto.
- Hansen, L. (2006). *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. Routledge.
- Lula da Silva, L. I. (2003). Pronunciamento à Nação do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o conflito no Iraque, em Brasília, em 20 de março de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 92, 65. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf
- Lula da Silva, L. I. (2009a, maio 17). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de almoço na Câmara de Comércio, na Arábia Saudita* [transcrição]. Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/17-05-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-de-almoco-na-camara-de-comercio-na-arabia-saudita/view>
- Lula da Silva, L. I. (2009b, julho 7). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega do Prêmio Félix Houphouët-Boigny pela Busca da Paz* [transcrição]. Biblioteca da Presidência da República. http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/copy_of_07-07-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-do-premio-felix-houphouet-boigny-pela-busca-da-paz/view
- Lula da Silva, L. I. (2009b, novembro 11). *Declaração à imprensa do Presidente à República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do presidente de Israel, Shimon Peres* [transcrição]. Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/11-11-2009-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-do-presidente-de-israel-shimon-peres/view>
- Lula da Silva, L. I. (2009c, novembro 20). *Declaração à imprensa do Presidente à República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente da Autoridade Nacional Palestina* [transcrição]. Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/20-11-2009-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-por-ocasio-da-visita-do-presidente-da-autoridade-nacional-palestina/view>
- Lula da Silva, L. I. (2009d, novembro 23). *Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após assinatura de atos, por ocasião da visita do presidente do Irã* [transcrição]. Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/23-11-2009-declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-apos-assinatura-de-atos-por-ocasio-da-visita-do-presidente-do-ira/view>
- Lula da Silva, L. I. (2010a, março 15). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária especial do Parlamento israelense (Knesset)* [transcrição]. Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz>

[inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-especial-do-parlamento-israelense-knesset/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-encontro-com-o-presidente-do-estado-de-israel-shimon-peres-na-residencia-presidencial/view)

- Lula da Silva, L. I. (2010b, março 15). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o encontro com o Presidente do Estado de Israel, Shimon Peres, na Residência Presidencial* [transcrição]. Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-encontro-com-o-presidente-do-estado-de-israel-shimon-peres-na-residencia-presidencial/view>
- Lula da Silva, L. I. (2010c, março 15). *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante jantar oferecido pelo presidente de Israel* [transcrição]. Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/15-03-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-jantar-oferecido-pelo-presidente-de-israel/view>
- Lula da Silva, L. I. (2010d). Carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a respeito do reconhecimento pelo governo brasileiro do Estado palestino nas fronteiras de 1967. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 107, 356. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/resenha107_2_2010.pdf
- Maingueneau, D. (2013). *Análise de textos de comunicação* (6.^a ed. ampl.). Cortez.
- Maingueneau, D. (2015). *Discurso e análise do discurso* (1.^a ed.). Parábola Editorial.
- Maingueneau, D. (2016). *Gênese dos discursos* (2.^a ed.). Parábola Editorial.
- Milliken, J. (1999). The study of Discourse in International Relations: A critique of research and methods. *European Journal of International Relations*, 5(2), 225–254. <https://doi.org/10.1177%2F1354066199005002003>
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2006a). Comunicado. Eleições Legislativas Palestinas (26 de janeiro de 2006). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 98, 238–239. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N98_1Sem_2006.pdf
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2006b). Comunicado. Programa nuclear iraniano (31 de maio de 2006). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 98, 403. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N98_1Sem_2006.pdf
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2007a). Comunicado. Acordo de Princípios para a constituição de Governo de União Nacional na Autoridade Nacional Palestina (13 de fevereiro de 2007). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 100, 228. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N100_1Sem_2007.pdf
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2007b). Comunicado. Constituição do governo de União Nacional na Autoridade Nacional Palestina (17 de março de 2007). *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 100, 267. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/Resenha_N100_1Sem_2007.pdf
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2009). Comunicado. Visita ao Brasil do Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad – 23 de novembro de 2009. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 105, 392. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/resenha105_2_2009.pdf
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil. (2010). Comunicado. Reconhecimento do Estado Palestino nas fronteiras de 1967. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 107, 354–355. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Resenhas/Novas/resenha107_2_2010.pdf
- Mouffe, C. (1999). *El retorno de lo político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Editorial Paidós.
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: o processo de um racismo mascarado*. (3.^a ed.). Perspectivas.
- Ricupero, R. (2017). *A diplomacia na construção do Brasil (1750–2016)*. Versal Editores.
- Schaffer, F. C. (2016). *Elucidating social science concepts: an interpretivist guide*. Routledge.
- Schwartz-shea, P., & Yanow, D. (2012). *Interpretive research design: concepts and processes*. Routledge.

- Silva, A. P. M. (2012). *A política palestina: construção, dinâmicas e desdobramentos* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Brasil].
- Veiga, E. (2019, dezembro 11). A brasileira que salvou judeus do Holocausto. *Deutsche Welle (DW)*. <https://www.dw.com/pt-br/a-brasileira-que-salvou-judeus-do-holocausto/a-51621847>
- Vigevani, T., & Cepaluni, G. (2011). *A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula* (2.^a ed.). Editora Unesp.

[recebido em 28 de julho de 2022 e aceite para publicação em 28 de junho de 2023]